

resultados

2T18



isa

CTEEP



ISA CTEEP AVANÇA NA SUA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO COM A AQUISIÇÃO DE 2 LOTES EM LEILÃO NO 2T18

Mensagem da Administração

O segundo trimestre de 2018 foi marcado pela forte geração de caixa da Companhia. A receita operacional líquida regulatória totalizou R\$ 739 milhões, o EBITDA ajustado regulatório registrou R\$ 683 milhões, com margem de 92,4% e o lucro líquido regulatório foi de R\$ 342 milhões.

A ISA CTEEP monitora seus negócios por meio dos seguintes focos de gestão: Operação e Manutenção, Projetos, Subsidiárias, Regulação, Jurídico, e Crescimento. Os focos de gestão são norteadores da estratégia de negócios, que visam a sustentabilidade. A Companhia vem obtendo níveis de excelência em cada um desses pilares.

Em **Operação e Manutenção**, o objetivo é desenvolver as atividades com eficiência, qualidade e segurança. No 2T18, os níveis de eficiência, que há anos fazem da ISA CTEEP uma referência no setor elétrico, foram mantidos.

A Companhia tem apresentado crescimento orgânico por meio de **Projetos** de reforços e melhorias que visam garantir a qualidade do serviço de transmissão. No 2T18, esses investimentos totalizaram R\$ 45 milhões. A carteira de projetos no 2T18 foi em linha com as estimativas da Companhia. Para o crescimento sustentável, esforços têm sido direcionados para alcançar, de maneira contínua, eficiência com rentabilidade.

A gestão das **Subsidiárias** prioriza a integração e fortalecimento do modelo de governança corporativa, que busca alinhar políticas, processos, sistemas e práticas, além de promover maior controle e disciplina financeira. O resultado de equivalência patrimonial regulatória no trimestre foi de R\$ 22 milhões.

O objetivo da participação ativa na **Regulação** consiste em garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, pautado no binômio de incentivo ao ambiente competitivo de negócios e benefícios à sociedade. Também acompanhamos a proposta do Projeto de Lei da privatização da Eletrobras, que consolida condições importantes para o pagamento da RBSE. No 2T18 foi publicada a Resolução Homologatória 2.408, que estabeleceu a RAP para o ciclo 2018/2019. A RAP permaneceu em R\$ 2,4 bilhões (detalhes das variações na seção de "Eventos Subsequentes"). Importante destacar a manutenção do recebimento da RBSE e a linearização do componente econômico nos próximos 5 anos.

No **Jurídico**, a Companhia também reforça a estratégia com foco na redução das contingências. No 2T18, apresentamos reversão de R\$ 7,5 milhões pela alteração de prognósticos em processos cíveis e tributários.

A Companhia tem sido protagonista no desenvolvimento de projetos de infraestrutura de energia elétrica em todo o Brasil. Avancamos no pilar de **Crescimento** no trimestre com a aquisição de 2 lotes no leilão ANEEL 02/2018. Atualmente a Companhia possui 10 novos empreendimentos em execução. No 2T18, foram investidos R\$ 70 milhões nestas novas subsidiárias. Estas representam um compromisso de investimentos de cerca de R\$ 2,9 bilhões no sistema elétrico nacional e expansão de 30% na RAP atual (ex-RBSE).

Destacamos que foram iniciadas as obras para a construção das subsidiárias IE Itapura e IE Itaquerê em maio e julho de 2018, respectivamente.

As conexões inspiram o time ISA CTEEP e geram valor ao longo do tempo.

São Paulo, 31 de julho de 2018 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do segundo trimestre de 2018 (2T18) e do primeiro semestre do ano (1S18). Os Resultados Regulatórios estão apresentados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Receita Líquida	739,4	263,3	180,9%	1.471,7	530,9	177,2%
EBITDA Ajustado ¹	682,9	193,4	253,1%	1.366,9	410,8	232,7%
Margem EBITDA Ajustada	92,4%	73,5%	18,9 p.p.	92,9%	77,4%	15,5 p.p.
Lucro Líquido	342,4	75,5	353,7%	647,6	168,1	285,2%
Margem Líquida	46,3%	28,7%	17,6 p.p.	44,0%	31,7%	12,3 p.p.
ROE ²	14,1%	3,6%	10,5 p.p.	14,1%	3,6%	10,5 p.p.

¹ Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA das Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia

² Considera o acumulado de 12 meses

Teleconferência 2T18

01.08.2018

10h00 (BRT) / 9h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 3193-1001 / +55 11 2820-4001

Outros Países: +1 646 828-8246

Senha: ISACTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isactEEP.com.br/ri

Contatos - Relações com Investidores

Rinaldo Pecchio
Michelle Lourenço Corda
Lúcia de Luiz Cesari
Gabriela Rigo Bussotti

Telefone:
+55 11 3138-7557
E-mail:
ri@ctEEP.com.br

ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	5
1.2	Composição Acionária	6
1.3	Estrutura Societária	7
1.4	Crescimento & Inovação	7
2.	Desempenho Operacional	8
3.	Desempenho Financeiro	9
3.1	Receita Operacional	9
3.1	Custos e Despesas de O&M	10
3.3	Equivalência Patrimonial	11
3.4	EBITDA e Margem	12
3.5	Resultado Financeiro	13
3.6	Lucro Líquido	13
3.7	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	14
4.	Proventos	15
5.	Endividamento	15
6.	Investimentos	17
7.	Mercado de Capitais	18
8.	Eventos do Período	19
9.	Eventos Subsequentes	20
10.	Outras Informações Relevantes	22
10.1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	22
10.2	Principais Litígios	24
10.2.1	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	24
10.2.2	Ação de Cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE	25
11.	Anexos	26

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



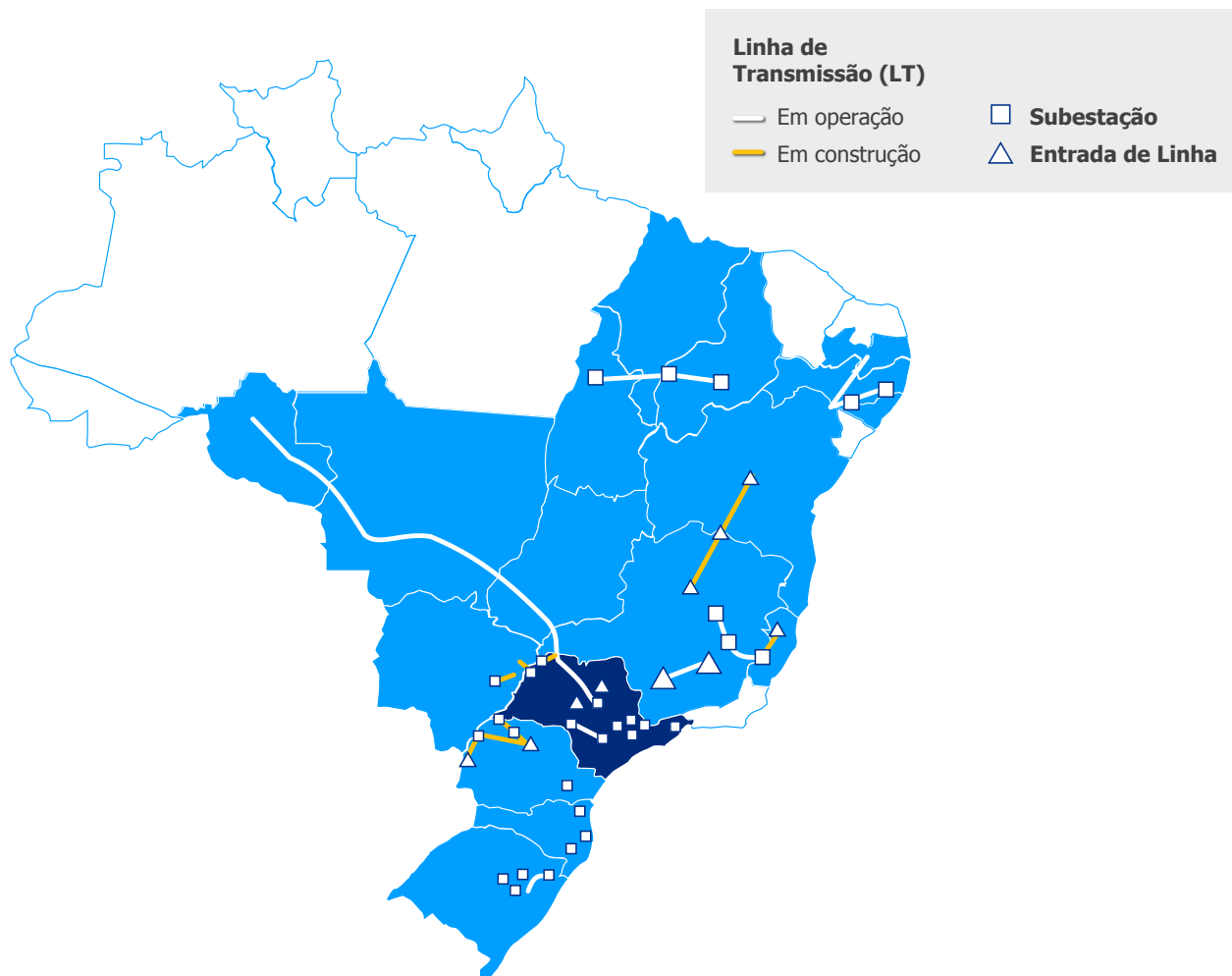
A ISA CTEEP

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 25% de toda a energia elétrica do Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 30 de junho de 2018, a capacidade instalada da Companhia e de suas subsidiárias totalizou 65,5 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações com tensão de até 550 kV.

Diante de um mercado cada vez mais exigente e de sua posição em um centro de consumo relevante para o País, nos últimos 10 anos a Companhia, investiu cerca de R\$ 10 bilhões na expansão do sistema na aplicação de tecnologias capazes de agregar valor para as atividades de operação e manutenção, garantindo eficiência e qualidade na prestação de seus serviços de transmissão.





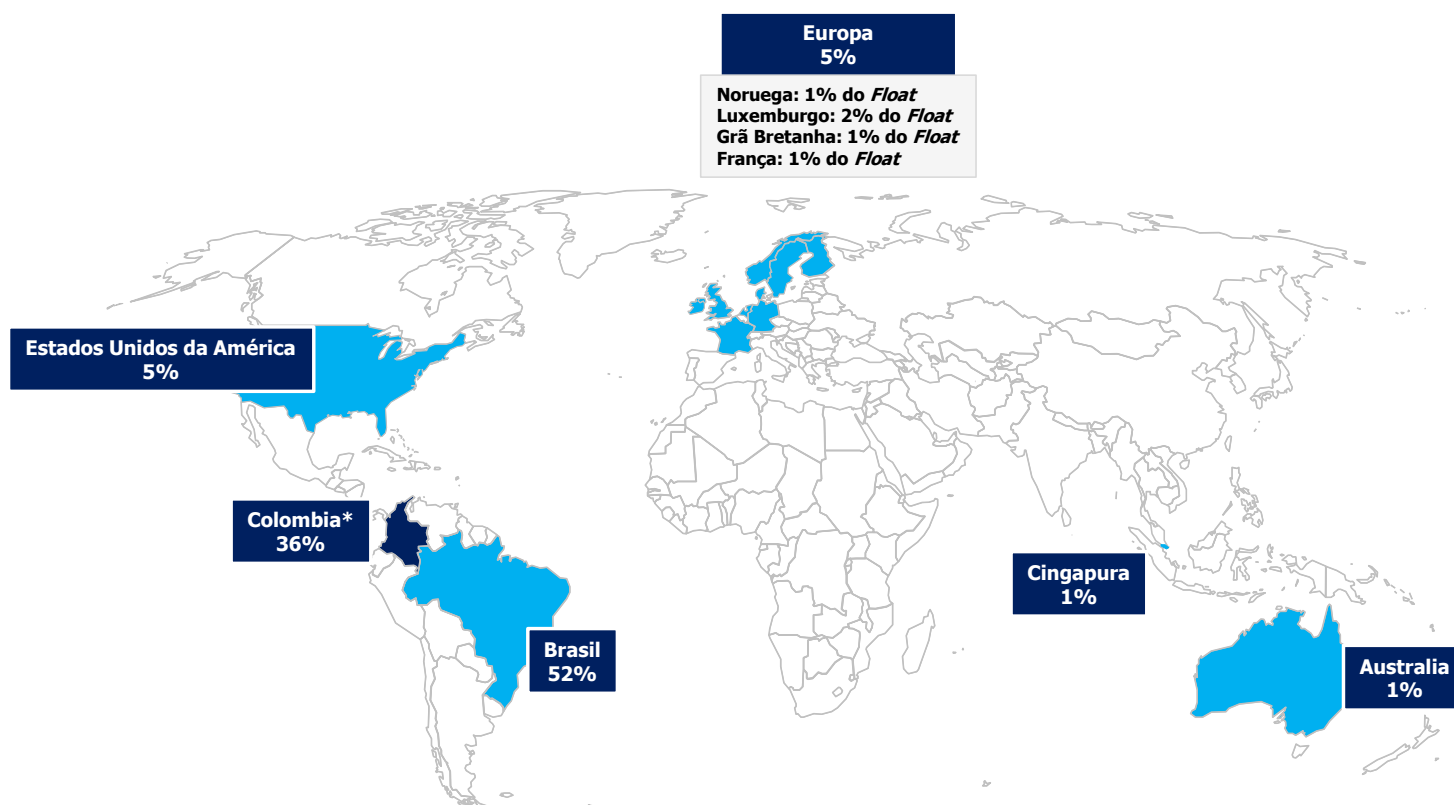
Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatinas de sistemas de infraestrutura lineares, a ISA CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	57.714.208	89,50%	1.286.132	1,30%	59.000.340	35,80%
Ações em Circulação	6.770.225	10,50%	98.950.261	98,70%	105.720.486	64,20%
Eletrobras	6.289.661	9,80%	52.005.758	51,90%	58.295.419	35,40%
Outros	480.564	0,70%	46.944.503	46,80%	47.425.067	28,80%
Total	64.484.433	100%	100.236.393	100%	164.720.826	100%

Das ações da Companhia, cerca de 52% estão em poder de investidores nacionais e 48% pertencem a investidores estrangeiros.

Distribuição do Capital Total em 30/06/2018



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrado abaixo:

	Estado de Operação ¹	Local	RAP Ciclo 2018/2019 ¹ (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2018/2019 (R\$ milhões)	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.421	2.421	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	497	253	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
ERB1	Em construção	Paraná	267	134	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	107	53	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	87	44	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	71	36	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	54	54	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	60	60	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	54	54	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	47	47	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Em construção	São Paulo	46	46	ISA CTEEP 100%	Integral
IENNE	Operacional	Tocantins	44	44	ISA CTEEP 100%	Integral
Lote 1 ³	Em construção	Santa Catarina	38	38	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	18	18	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul ²	Operacional	Rio Grande do Sul	18	9	ISA CTEEP 100% ²	Equivalência Patrimonial ²
IEMG	Operacional	Minas Gerais	18	18	ISA CTEEP 100%	Integral
Evrecy	Operacional	Espírito Santo	7	7	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura	Em construção	São Paulo	11	11	ISA CTEEP 100%	Integral
Lote 10 ³	Em construção	São Paulo	10	10	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			3.876	3.358		

¹ RAP considera valor de 100% do projeto. Para os projetos em construção, considera RAP ofertada; ² Celebração de Contrato de Compra e Venda para aquisição de 50% do Capital Social em abril/18. A conclusão da operação está sujeita a aprovações. Após conclusão, será por meio de consolidação integral; ³ Lotes arrematados no Leilão de Transmissão ANEEL 02/2018.

Crescimento & Inovação

No ambiente de rápidas transformações do setor elétrico, a inovação é um fator decisivo de sucesso. Por isto, a Companhia segue buscando melhorias em processos e assimilando novos recursos tecnológicos, além de identificar oportunidades em novos negócios no longo prazo. Uma das frentes de crescimento sendo avaliadas pela Companhia é a de armazenamento de energia por meio de baterias. Em parceria com a Universidade de São Paulo, estamos estudando a possibilidade da implementação de armazenamento de energia, com potencial para abrir formas complementares de operação da nossa rede.

Além desta frente, a ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes.

Alinhada à estratégia de crescimento, conforme Fato Relevante divulgado em 06 de abril de 2018, a ISA CTEEP celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Cymi Construções e Participações S.A. ("CYMI") para a aquisição de 50% do capital social da Inteligação Elétrica Sul A.A. ("IE SUL") pelo montante de R\$ 20 milhões. A conclusão da aquisição ainda está sujeita à aprovação e anuência de determinados terceiros. Como resultado da operação, a Companhia passará a deter 100% do controle dessa subsidiária.

Nos últimos dois anos a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que adicionarão 1,3 mil km de extensão em suas linhas de transmissão com a adição de uma potência de 7,5 mil MVA ao seu portfólio. Os novos projetos somam investimento estimado de R\$ 2,9 bilhões com incremento da RAP de cerca de R\$ 448 milhões, após a entrada em operação dos ativos.

A evolução dos projetos está em linha com o orçamento e cronograma desafiador estimados, que considera redução de CapEx e antecipação da entrada em operação.



As subsidiárias de IE Itapura e IE Itaquerê, ambas 100% da ISA CTEEP, iniciaram suas obras no mês de maio e de julho de 2018, respectivamente, conforme cronograma.

Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP (R\$ MM)	Regime Fiscal	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciamento Ambiental (LI)
Leilão 03/2015 ¹ 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	53	Lucro Real	fev/17	fev/22	jan/19 ²	3T19
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	36	Lucro Real	fev/17	fev/22	jan/19 ²	3T19
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	47	Lucro Presumido	fev/17	fev/22	jul/18	3T18
Leilão 05/2016 24/04/2017	ERB1 (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	134	Lucro Real	ago/17	ago/22	fev/21 ³	1T20
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	18	Lucro Presumido	ago/17	ago/21	jan/17	✓
	IE Itaquerê (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	46	Lucro Presumido	ago/17	ago/21	jun/18	✓
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo	126	57,6%	11	Lucro Presumido	ago/17	fev/21	jan/20	✓
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	54	Lucro Presumido	ago/17	ago/21	dez/21	1T19
Leilão 02/2018 29/06/2018	Lote 1	100%	Santa Catarina	641	66,7%	38	Lucro Presumido	set/18	set/23	set/21 ⁴	N/D
	Lote 10	100%	São Paulo	238	73,9%	10	Lucro Presumido	set/18	set/22	set/21 ⁴	N/D
Total				3.831		447					

¹ Conforme contrato de concessão

² Condicionado ao Lote 02 (Alupar)

³ Para recebimento da totalidade da RAP

⁴ Conforme minuta do contrato de concessão

DESEMPENHO OPERACIONAL

A ISA CTEEP é referência no setor quando se trata de desempenho e busca sempre a melhora de seus níveis de eficiência, acompanhando de forma minuciosa seus indicadores operacionais. Entre eles, destacam-se o Índice de Energia Não Suprida (IENS), obtido pela relação percentual entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No 1S18 o IENS totalizou $2,92 \times 10^{-6}$.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua RAP, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV).

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

No 2T18, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 844,2 milhões, aumento de 174,8% em relação ao 2T17. No 1S18, a receita apresentou aumento de R\$ 1,1 bilhão na comparação com o 1S17.

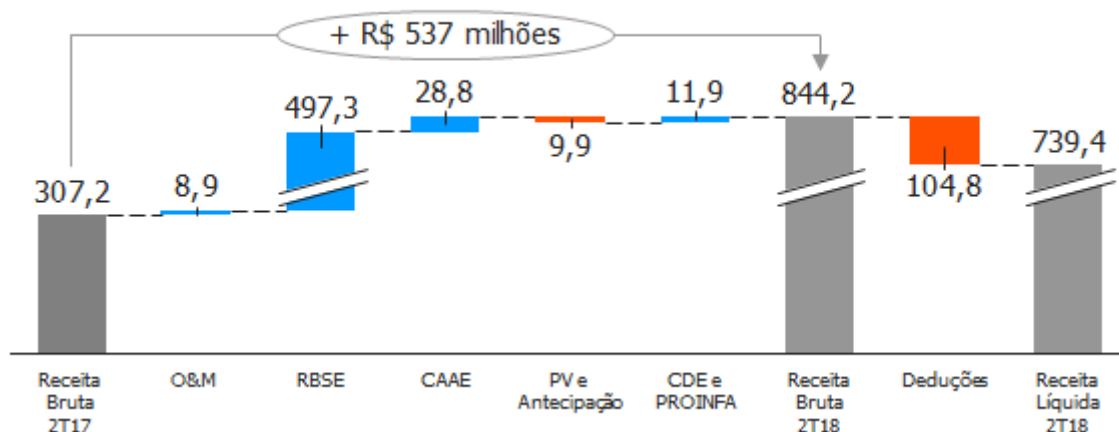
O incremento na receita bruta em ambos os períodos é justificado, principalmente, pelo início do recebimento da RBSE em julho de 2017 (com impacto caixa em agosto de 2017). Contribuíram também para este aumento, a variação do IPCA na receita de O&M e a entrada em operação dos novos investimentos em reforços e melhorias.

Receita Operacional (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Disponibilidade da Rede Elétrica	340,1	301,0	13,0%	673,9	605,3	11,3%
Receita de O&M	242,9	232,6	4,4%	477,9	469,6	1,8%
Receita CAAE ¹	97,2	68,4	42,2%	196,0	135,7	44,5%
RBSE	497,3	0,0	-	991,4	0,0	-
Outras	6,8	6,2	9,3%	13,5	13,4	0,7%
Receita Bruta	844,2	307,2	174,8%	1.678,8	618,7	171,3%
Deduções	(104,8)	(44,0)	138,3%	(207,1)	(87,8)	135,8%
Receita Líquida	739,4	263,3	180,9%	1.471,7	530,9	177,2%

¹ Custo anual dos ativos elétricos (Investimento líquido x WACC Regulatório + Investimento bruto x Depreciação)

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização) que atingiram R\$ 104,8 milhões no 2T18 e R\$ 207,1 milhões no 1S18. O aumento em relação aos períodos anteriores é explicado pela incidência de PIS e COFINS na receita da RBSE, que totalizou R\$ 46,0 milhões no trimestre e R\$ 91,7 milhões no semestre.

A receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 739,4 milhões e R\$ 1,5 bilhão no 2T18 e 1S18, respectivamente. Em junho de 2018 encerrou o primeiro ciclo de recebimento da RBSE (Ciclo 2017/2018), totalizando R\$ 1,6 bilhão. Sendo assim, os R\$ 100 milhões adicionais serão ajustados no próximo ciclo, por meio da parcela de ajuste, conforme definido pela Resolução Homologatória nº 2.408/2018.



**Custos e Despesas de O&M**

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Pessoal	(79,4)	(72,0)	10,4%	(157,2)	(147,6)	6,5%
Materiais	(3,4)	(2,5)	34,7%	(6,4)	(4,9)	30,1%
Serviços	(28,5)	(29,4)	-3,1%	(55,9)	(53,1)	5,2%
Contingências	7,5	14,4	-48,2%	5,6	11,6	-52,0%
Outros	(18,1)	(16,0)	12,7%	(22,0)	(31,9)	-31,2%
Sub -Total	(121,9)	(105,5)	15,5%	(235,8)	(225,8)	4,4%
Depreciação	(144,7)	(18,4)	685,5%	(290,5)	(34,8)	735,9%
Total	(266,6)	(123,9)	115,1%	(526,3)	(260,6)	102,0%

Os custos e despesas, ex-depreciação, registraram aumento de 15,5% no 2T18 vs. 2T17. A variação no trimestre reflete, principalmente:

- (i) o aumento de gastos com pessoal em R\$ 7,5 milhões devido ao dissídio que incidiu a partir de junho/17 (3,6%) e pela menor capitalização de pessoal nos projetos;
- (ii) as maiores despesas com materiais para a manutenção dos ativos em operação, assim como a inclusão dos custos da controlada IENNE na consolidação;
- (iii) a menor reversão de contingências de R\$ 7,5 milhões (não recorrentes) no 2T18, como resultado da alteração do prognóstico em processo cíveis e tributários.

No 1S18, os custos, ex-depreciação, totalizaram R\$ 235,8 milhões, aumento de 4,4% comparado ao 1S17 (R\$ 225,8 milhões).

As despesas administrativas e os custos de O&M totais do 2T18 registraram aumento de 115,1% em relação ao 2T17, atingindo R\$ 266,6 milhões. No semestre o montante atingiu R\$ 526,3 milhões vs. R\$ 260,6 milhões auferidos no 1S17 (+102%). Ambas as variações são justificadas, principalmente, pelo reconhecimento da depreciação relativa à RBSE, que considera a amortização em 96 parcelas (8 anos) do valor de depreciação represado de janeiro de 2013 a junho de 2017, no montante de R\$ 120,1 milhões no trimestre e R\$ 241,7 milhões no semestre.

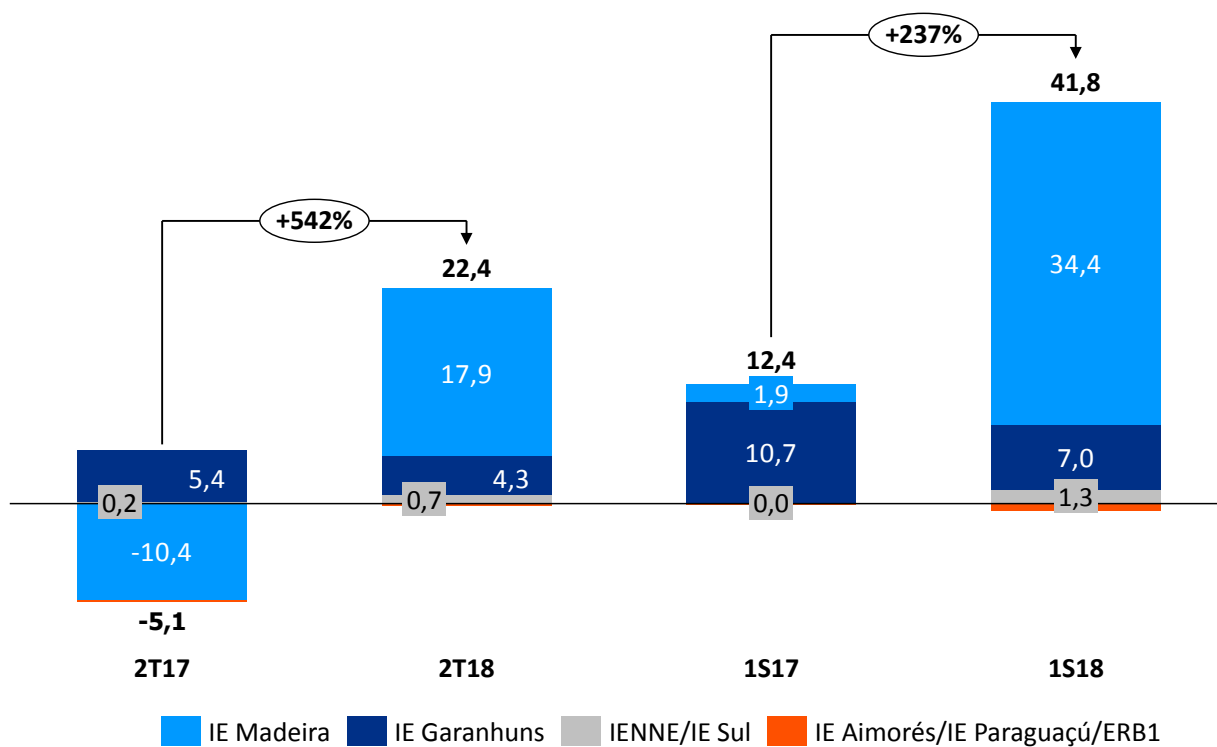
Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 2T18 registrou receita de R\$ 22,4 milhões, aumento de R\$ 27,5 milhões em relação ao 2T17. Este aumento é explicado, principalmente, pelo prejuízo apresentado pela IE Madeira no 2T17 com a contabilização da parcela de ajuste negativa de R\$ 44,1 milhões, referente à devolução da RAP faturada no período de realização dos testes dos dois lotes da subsidiária.

A subsidiária IE Garanhuns apresentou queda na comparação dos trimestres refletindo o impacto negativo da revisão tarifária que alterou sua WACC de 6,61% para 4,62%.

O valor registrado nas subsidiárias IE Aimorés, IE Paraguaçu e ERB1 refere-se às despesas administrativas na fase pré operacional dos projetos.

No primeiro semestre de 2018 o resultado da equivalência patrimonial foi de R\$ 41,8 milhões, aumento de 237% em relação ao mesmo período de 2017.



EBITDA e Margem

O EBITDA consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 640 milhões no 2T18, aumento de R\$ 489,2 milhões comparado ao 2T17. No 1S18, o EBITDA ICVM totalizou R\$ 1,3 bilhão, aumento de R\$ 966,9 milhões em relação ao 1S17. Ambos resultados são explicados, principalmente, pelo recebimento da RAP relativa à RBSE a partir do 3T17.

Para refletir de maneira mais adequada a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA ajustado, que totalizou R\$ 682,9 milhões com margem de 92,4% no 2T18 e R\$ 1,4 bilhão com margem de 92,9% no 1S18. O EBITDA ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e/ou não caixa, além de incluir o EBITDA das coligadas (ponderado pela participação da ISA CTEEP).

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Lucro (prejuízo) líquido	342,4	75,5	353,7%	647,6	168,1	285,2%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	126,6	29,9	324,0%	282,8	56,4	401,6%
Resultado financeiro líquido	25,7	26,4	-2,8%	61,0	55,7	9,5%
Depreciações e amortizações	145,3	19,1	662,6%	291,7	36,0	711,1%
EBITDA ICVM nº 527/12	640,0	150,8	324,4%	1.283,1	316,2	305,8%
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	70,5	49,1	43,7%	140,4	117,8	19,2%
Equivalência Patrimonial	(22,4)	5,1	-542,4%	(41,8)	(12,4)	236,6%
Outras ¹	(5,2)	(11,6)	-55,4%	(14,9)	(10,8)	38,2%
EBITDA Ajustado	682,9	193,4	253,1%	1.366,9	410,8	232,7%
Margem EBITDA Ajustado	92,4%	73,5%	18,9	92,9%	77,4%	15,5
RBSE	(451,3)	0,0	-	(899,7)	0,0	-
EBITDA Ajustado ex-RBSE	231,6	193,4	19,8%	467,1	410,8	13,7%
Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE	80,4%	73,5%	8,2	81,7%	77,4%	(6,5)

¹ inclui ressarcimento de IPTU, despesas com leilão e com comissões de êxito em contingências

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 25,7 milhões no 2T18, redução de R\$ 0,7 milhão em relação ao 2T17, explicado principalmente:

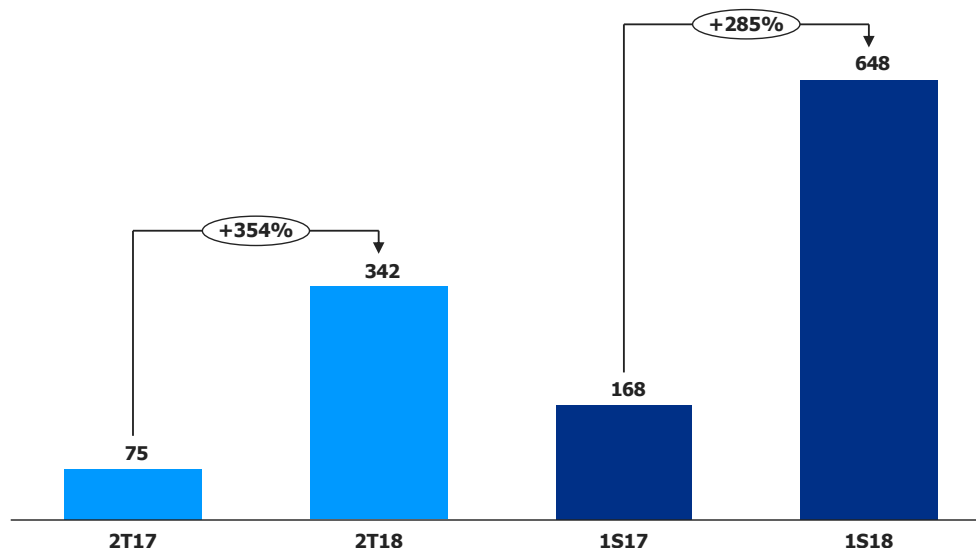
- (i) pelo aumento de receita de R\$ 7,1 milhões com rendimento de aplicação financeira como resultado do maior nível de caixa no 2T18 vs. 2T17;
- (ii) pela redução de despesas com juros em R\$ 1,8 milhão com a adesão ao PERT no 3T17; parcialmente compensado;
- (iii) pelo aumento das despesas com juros e encargos sobre empréstimos no montante de R\$ 8,0 milhões, decorrente do maior nível de endividamento da Companhia que passou de R\$ 1,3 bilhão no 2T17 para R\$ 2,5 bilhões no 2T18;
- (iv) pelo aumento das despesas na linha de outros, principalmente, pelo reconhecimento da operação de *swap* referente ao empréstimo nos termos da Lei 4.131.

No 1S18 o resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 61,0 milhões, aumento de R\$ 5,3 milhões comparado ao 1S17.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Rendimento de aplicação financeira	18,3	11,2	63,1%	29,2	21,5	35,9%
Variações monetárias líquidas	(6,4)	(8,6)	(25,5%)	(17,7)	(16,4)	7,6%
Juros Ativos e Passivos	(0,6)	(2,3)	(75,1%)	(1,2)	(8,3)	(86,0%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(35,1)	(27,1)	29,5%	(66,8)	(52,2)	27,8%
Outras	(2,0)	0,3	(774,2%)	(4,7)	(0,3)	1362,9%
Total	(25,7)	(26,4)	(2,8%)	(61,0)	(55,7)	9,5%

Lucro Líquido

O incremento do lucro líquido do 2T18 e 1S18 foi impulsionado pelo recebimento da RBSE.





Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registrados como ativo financeiro, gerando receita e custos de implementação de infraestrutura. A atualização do ativo financeiro gera a receita de remuneração da infraestrutura. No Regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões)	Regulatório	IFRS	Varição	Regulatório	IFRS	Varição
IFRS vs. Regulatório	2T18	2T18		1S18	1S18	
Receita Operacional Bruta	844	666	178	1.679	1.293	386
Receita de O&M	243	243	0	478	478	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	97	0	97	196	0	196
Receita de Infraestrutura	0	113	-113	0	194	-194
Receita ativo da concessão	0	99	-99	0	193	-193
Receita RBSE	497	204	293	991	415	577
Outras receitas	7	7	0	14	14	0
Deduções	-105	-85	-20	-207	-166	-41
Receita Operacional Líquida	739	581	159	1.472	1.127	345
Custos de Infraestrutura	-	-107	107	-	-182	182
Custos de O&M e Despesas Gerais	-122	-121	-1	-236	-234	-2
Depreciação	-145	-2	-142	-290	-4	-286
Resultado do Serviço	473	351	122	945	707	239
Equivalência Patrimonial	22	27	-4	42	48	-6
Outras receitas (despesas) operacionais	-1	0	-1	4	5	-1
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	495	378	117	991	759	233
Resultado Financeiro	-26	-26	0	-61	-61	0
IR & CSLL	-127	-104	-23	-283	-209	-73
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	342	248	94	648	488	159
Participação do Acionista Não Controlador	-3	-3	0	-7	-7	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	339	245	94	641	482	159

Receita: No IFRS considera-se a receita da implementação de infraestrutura e é reconhecida conforme os gastos incorridos. A receita de remuneração dos ativos de concessão é considerada uma receita financeira, reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal, sendo, a taxa de juros aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo. No Resultado Regulatório, a receita considerada é o faturamento (RAP).

Custos: No IFRS, considera-se custos de implementação de infraestrutura que não geram impacto no resultado, pois os efeitos são neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, que é calculada acrescendo-se às alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal, e as controladas adotam lucro presumido trimestral. A alíquota efetiva consolidada (IFRS) do 2T18 foi de 29,5% e no 1S18 foi 30,0%. No resultado Regulatório, a alíquota efetiva foi de 25,6% no trimestre e de 29,7% no semestre para equalizar com a expectativa de pagamento de impostos no ano corrente.

PROVENTOS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a ISA CTEEP prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em 30 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários com base na reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 760 milhões, equivalente a R\$ 4,615728 por ação. As ações passaram a ser negociadas ex-dividendos em 06 de junho e o pagamento foi realizado em 18 de junho.

Em junho de 2018, a administração informou ao mercado a prática de proventos com proposta de distribuição de no mínimo 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita a aprovação em Assembléia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

ENDIVIDAMENTO

O baixo nível de alavancagem da Companhia permite o financiamento do Ciclo de crescimento previsto para os próximos anos. No segundo trimestre de 2018, a dívida bruta apresentou aumento devido à 7ª emissão de debêntures verdes da Companhia, no montante de R\$ 621 milhões, com vencimento em 2025. A dívida líquida também apresentou incremento no período, de 27,9%, em função do pagamento de dividendos intermediários.

Empréstimos e Financiamentos	30/06/18	31/12/17	Var (%)
R\$ (milhões)			
Dívida Bruta	2.547,9	1.943,0	31,1%
Curto Prazo	470,6	451,4	4,2%
Longo Prazo	2.077,3	1.491,5	39,3%
Disponibilidades Consolidadas	850,9	616,7	38,0%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	638,2	401,7	58,9%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	212,7	214,9	-1,0%
Dívida Líquida Consolidada	1.697,0	1.326,3	27,9%

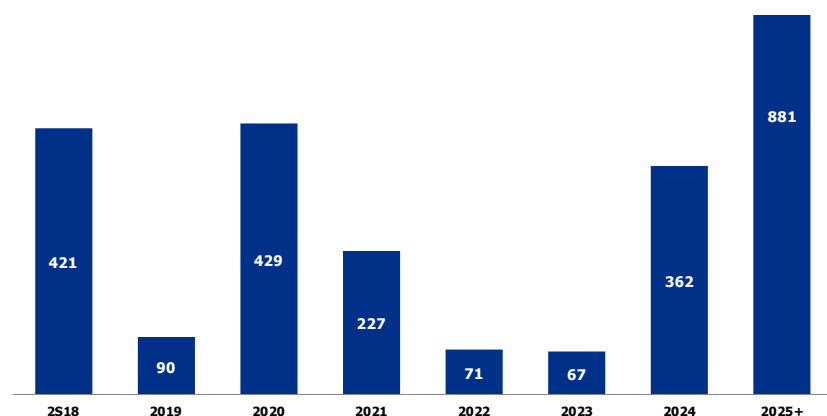
*Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.



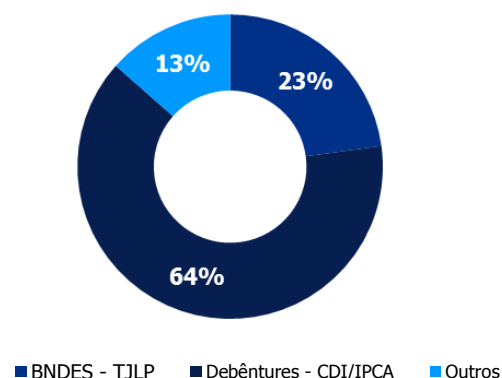
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para os anos de 2018, 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 7,86% a.a. em 30 de junho de 2018, ligeiramente abaixo do custo apresentado no 1T18. O IPCA dos últimos 12 meses foi de 2,86% e o CDI anualizado de junho foi de 6,39%. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de junho de 2018 era de 3,6 anos.

Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Contratação da Dívida e Indexação 30/06/2018



Em 04 de maio de 2018 a Companhia concluiu a captação de recursos através de sua 7ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 621 milhões, com vencimento em 2025. O montante será atualizado monetariamente pela variação do IPCA. Sobre o montante atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 4,70% ao ano, base 252, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, desde a primeira data de subscrição e integralização, até a data de seu efetivo pagamento. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de outubro e de abril, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2018 e, o último pagamento, na data de vencimento das debêntures, em 15 de abril de 2025.

Esta é a primeira emissão do setor de transmissão enquadrada como "Debêntures Verdes" no Mercado de Capitais local, com base no desempenho socioambiental satisfatório, avaliado por parecer independente de consultoria especializada, e considerando sua contribuição para transmissão de energia renovável.

Os recursos serão utilizados para aporte nos empreendimentos ERB1, IE Aguapei, IE Aimorés, IE Itapura, IE Itaquerê, IE Itaúnas, IE Paraguaçu, e IE Tibagi, oriundos dos leilões de outubro de 2016 e abril de 2017, realizados entre 2017 e 2019, por meio de aporte de capital. Com essa emissão, a ISA CTEEP reforça sua estratégia de buscar fontes competitivas de financiamento, além do seu compromisso com a sustentabilidade.

INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 136,7 milhões no 2T18, 63,4% acima do valor auferido no 2T17. A variação é explicada principalmente por:

- (i) R\$ 70,3 milhões investidos nas subsidiárias pré-operacionais para o pagamento de taxas para obtenção de licenciamento ambiental e negociações fundiárias. Os investimentos nas subsidiárias pré operacionais estão em linha com o orçamento e cronograma desafiador previstos. É importante ressaltar que os principais fluxos de investimentos destas subsidiárias ocorrem no 3º e 4º ano de suas respectivas obras;
- (ii) R\$ 45,0 milhões investidos em reforços e melhorias, que geram receita adicional à Companhia com o crescimento orgânico. Os investimentos em reforços e melhorias estão em linha com o orçamento previsto. Os investimentos não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL; e,
- (iii) R\$ 21,4 milhões investidos nas subsidiárias operacionais. O crescimento dos investimentos nas subsidiárias operacionais reflete principalmente o CapEx adicional na IE Madeira para resolver as pendências impeditivas.

No primeiro semestre deste ano, os investimentos totalizaram R\$ 234 milhões (+82,7% vs. 1S17).

Investimentos						
(R\$ milhões)	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
ISA CTEEP (Reforços/Melhorias)	45,0	52,2	-13,9%	64,5	94,7	-31,9%
Total Subsidiárias	91,7	31,4	191,8%	169,5	33,4	407,9%
Operacionais	21,4	31,4	-31,9%	27,7	33,2	-16,6%
Pré-operacionais	70,3	-	-	141,9	0,2	-
Total	136,7	83,7	63,4%	234,0	128,1	82,7%

Nota: Os investimentos realizados são demonstrados na visão competência

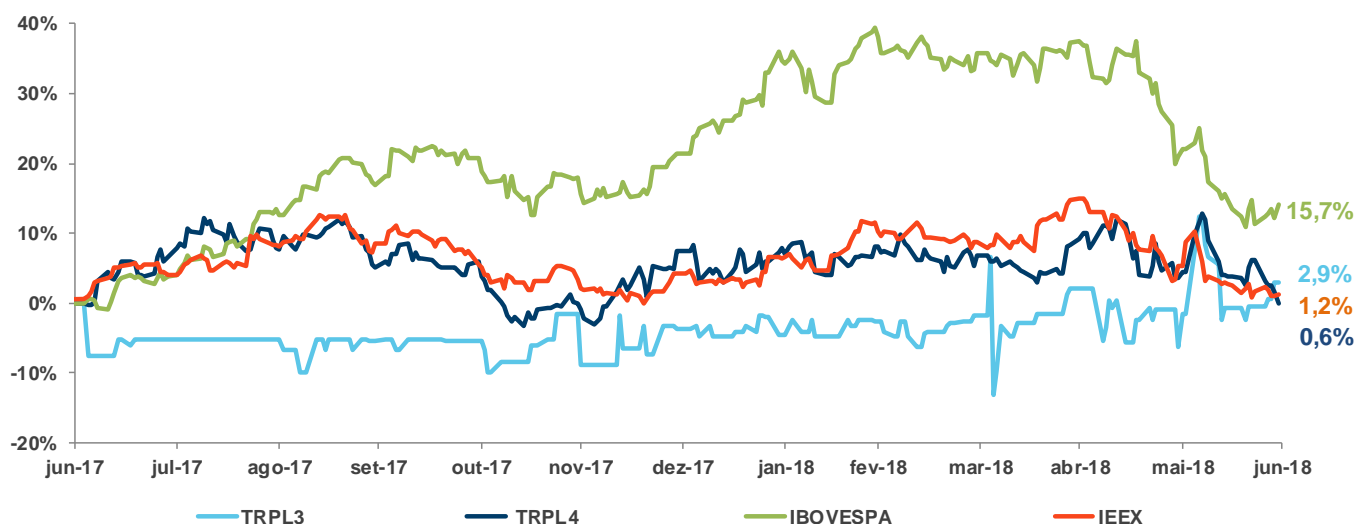
MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa ("IGCT"), em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100 ("IBrX 100"), que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o segundo trimestre de 2018 cotadas a R\$ 58,00 e R\$ 57,95, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 30 de junho de 2018, era de R\$ 9,5 bilhões.

Nos últimos 12 meses findo em 30 de junho de 2018, as ações preferenciais da ISA CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 21,8 milhões, com média de 2 mil negócios por dia de TRPL4.

Desempenho (base 100)



EVENTOS DO PERÍODO

Leilão de Transmissão ANEEL 02/2018

Em 28 de junho de 2018, a ISA CTEEP arrematou 02 lotes no Leilão de Transmissão nº 02/2018 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"):

	Localidade	Linha de Transmissão (Km)	Subestação (MVA)	Investimento ANEEL (R\$ milhões)	RAP ANEEL (R\$ milhões)	Deságio (%)	RAP com deságio (R\$ milhões)	Prazo para início de operação ANEEL (meses)
Lote 1	Santa Catarina	57	300	641,4	114,7	66,65%	38,2	60
Lote 10	São Paulo	12	1.200	237,9	38,8	73,92%	10,1	48

A ISA CTEEP e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A ("TAESA") constituíram o Consórcio Columbia (originalmente com participações iguais de 50% para cada sócio) para participar de determinados lotes desse Leilão. No âmbito do Consórcio Columbia, a ISA CTEEP desenvolveu os estudos das condições técnicas e de viabilidade econômico-financeira do Lote 01, inclusive com o apoio de consultores externos, observando os melhores padrões de governança, sustentabilidade e gestão de riscos, como é de praxe para a Companhia no desenvolvimento e análise de projetos. Em fase anterior ao leilão, a ISA CTEEP e a TAESA concordaram com a apresentação de Termo de Retirada da TAESA para o Lote 01. Adicionalmente, a Companhia decidiu por apresentar Termo de Retirada para o Lote 19. Os documentos de associação entre Companhia e TAESA para formação do Consórcio Columbia já previam mecanismos para a retirada de um dos sócios, o que ocorrerá após a obtenção das anuências prévias aplicáveis. A ISA CTEEP reafirma o compromisso de criação de valor com projetos que contribuirão para a expansão do sistema de transmissão de energia elétrica do Brasil.

Os recursos para a implantação dos empreendimentos serão obtidos através de aportes de capital dos acionistas e os projetos buscarão apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do mercado de capitais através de Debêntures de Infraestrutura e demais fontes de financiamento disponíveis. Além disso, os projetos podem proporcionar sinergia com as operações da Companhia.

As conquistas fazem parte da estratégia de crescimento sustentável da ISA CTEEP, por meio de investimento na implementação de infraestrutura e operação de novos empreendimentos.

Início da construção da IE Itapura

A IE Itapura, subsidiária 100% da ISA CTEEP formada a partir do leilão de transmissão conquistado pela companhia em abril de 2017, iniciou suas obras no mês de maio. O investimento ANEEL previsto é de R\$ 126 milhões, com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 11 milhões. O empreendimento é formado pela subestação Bauru - instalação de um compensador estático 440kV (-125/+250) MVar. A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o sistema interligado nacional, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do estado de São Paulo. O prazo definido pela ANEEL para a entrada em operação comercial da IE Itapura é até fevereiro de 2021.

Aquisição da IE Sul

Em abril de 2018, a ISA CTEEP celebrou com a Cymi Construções e Participações S.A. ("CYMI"), Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 50,00% menos uma ação do capital social total da Interligação Elétrica Sul S.A. ("IE SUL"). A aquisição ocorrerá pelo montante global de R\$ 20 milhões, à vista, corrigido por ocasião do fechamento da operação pelo IPCA/IBGE. A conclusão da operação e a efetiva aquisição estarão sujeitas a determinadas condições aplicáveis ao Contrato, como a aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a transferência das ações, anuência de determinados terceiros, e análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Atualmente, está pendente para a conclusão da operação apenas a anuência do BNDES. Como resultado dessa operação, a Companhia passará a ser detentora de ações representativas de 100% do capital social da IE SUL.



EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste Anual da RAP

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.408 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (Ciclo 2018/2019).

De acordo com a REH nº 2.408, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da ISA CTEEP, do contrato nº 059/2001, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 2.421,1 milhões no Ciclo 2018/2019, comparado a R\$ 2.428,0 milhões no Ciclo anterior. A composição da RAP para esse Ciclo pode ser explicada pela:

- i. correção monetária¹ do Ciclo 2018/2019 (IPCA), no total de R\$ 70,0 milhões, que inclui a correção de R\$ 44,2 milhões referente a parcela de recebimento da RBSE;
- ii. entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias durante o Ciclo 2017/2018, adicionando R\$ 60,5 milhões à RAP, sendo, aproximadamente, 73% de projetos energizados na Rede Básica (RB) e 27% nas Demais Instalações de Transmissão (DIT);
- iii. redução de R\$ 135,4 milhões referente ao pagamento da RBSE. Esta redução decorre, principalmente, da nova definição de linearizar os valores a receber do componente econômico para os próximos 5 anos, no montante de R\$ 150 milhões, compensado parcialmente pelo ajuste dos itens considerados pela ANEEL como totalmente depreciados e que foram ajustados para esse Ciclo e tiveram sua remuneração correspondente (WACC) recebida (+ R\$ 15 milhões);
- iv. parcela de ajuste negativa de R\$ 31,5 milhões explicada principalmente: (a) pela devolução de antecipação da RAP (+ R\$ 95,0 milhões); compensada parcialmente, (b) pelo recebimento retroativo de reforços e melhorias (+ R\$ 32,5 milhões), (c) pelo ressarcimento do custo de implementação do manual de controle patrimonial (+ R\$ 20,7 milhões) e (d) pelo ajuste do valor do laudo da RBSE (+ R\$ 15,0 milhões), conforme explicado no item anterior.

A RAP total das Controladas IEMG, IE Pinheiros, IE Serra do Japi, Evrecy e IENNE, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 184,8 milhões no Ciclo 2017/2018 passou para R\$ 183,2 milhões no Ciclo 2018/2019. A redução de R\$ 1,0 milhão decorre, principalmente, da revisão tarifária periódica (RTP) na IENNE e na Evrecy.

A RTP da Evrecy considerou a revisão da base de ativos, com a baixa dos itens totalmente depreciados, o que gerou impacto no Ciclo de -17% (- R\$ 2,4 milhões). Além disso, a parcela de ajuste teve impacto negativo de R\$ 4,6 milhões pelo recálculo da RAP para um reforço realizado e os efeitos retroativos da RTP, que deveria ter acontecido em 2017, e só foi considerado no Ciclo 2018/2019. Desta forma, a RAP passou de R\$ 14,1 milhões para R\$ 7,1 milhões no Ciclo 2018/2019.

Na IENNE, subsidiária licitada, a RTP atualizou o custo de capital de terceiros e a WACC passou de 6,83% para 6,41%, com impacto negativo na receita de R\$ 1 milhão. A parcela de ajuste teve impacto negativo de R\$ 1,6 milhão. Desta forma, a RAP passou de R\$ 45,5 milhões para R\$ 44,2 milhões no Ciclo 2018/2019.

A RAP e os valores correspondentes à PA das Coligadas IE Madeira, IE Garanhos e IE Sul, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 615,3 milhões no Ciclo 2017/2018 passou para R\$ 601,7 milhões no Ciclo 2018/2019, queda de R\$ 13,6 milhões.

Essa redução é explicada, principalmente, pela PA negativa de R\$ 66,5 milhões em função da devolução da RAP do contrato nº 015/2009 da IE Madeira, dos quais R\$ 59,6 milhões se referem ao cancelamento do Termo de Liberação Provisório (TLP) no período de 13/03/2015 a 20/06/2013. Este montante é compensado parcialmente pela PA positiva de R\$ 3,3 milhões, do contrato nº 013/2009 da IE Madeira, decorrente da devolução referente a 17 dias descontados indevidamente no Ciclo de 2016/2017, no montante de R\$ 14,3 milhões.

¹ O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2017 a maio de 2018 foram de 2,86% e 4,26%, respectivamente.



Início da construção da IE Itaquerê

A IE Itaquerê, subsidiária 100% da ISA CTEEP, formada a partir do leilão de transmissão conquistado pela Companhia em abril de 2017, iniciou suas obras em julho. O investimento ANEEL previsto é de R\$ 398 milhões, com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 46 milhões. O empreendimento é formado pela subestação Araraquara 2 - instalação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVar. A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o sistema interligado nacional, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do estado de São Paulo. O prazo definido pela ANEEL para a entrada em operação comercial da IE Itaquerê é até agosto de 2021.

IE Tibagi obtém Licença de Instalação

A IE Tibagi, subsidiária 100% da ISA CTEEP formada a partir do leilão de transmissão conquistado pela Companhia em abril de 2017, obteve a Licença de Instalação ("LI") do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). O investimento ANEEL previsto é de R\$ 135 milhões, com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 18 milhões. O empreendimento é formado pela implantação da linha de transmissão de 230 kV Nova Porto Primavera (PR) – Rosana (SP) e ampliação da subestação 230/138 kV Rosana, que interligará a subestação Nova Porto Primavera. Com a obtenção da LI, a construção do empreendimento pode ser iniciada. O prazo definido pela ANEEL para a entrada em operação comercial da IE Tibagi é até agosto de 2022.

Liquidação de Contrato *Credit Agreement* - Lei 4.131

Em 17 de julho de 2017, a Companhia liquidou o contrato *Credit Agreement* com o Bank Of Tokyo-Mitsubishi UFJ LTD, nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de USD 50 milhões com a remuneração de variação cambial (VC) + Libor 3M + 0,28%a.a + IR. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap*.

O instrumento de *Swap* assinado com o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil considera o *notional* de R\$ 160,5 milhões e o fator de correção a 101,40% do CDI. A operação teve vencimento final em 17 de julho de 2018. O valor total pago foi de R\$ 163 milhões.

Celebração de Contrato *Credit Agreement* - Lei 4.131

Em 18 de julho de 2018, a Companhia celebrou uma nova operação de *Credit Agreement* com o Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ LTD, nos termos da Lei nº 4131/62 no valor de USD 75 milhões, com prazo de 2 anos a vencer no dia 20 de julho de 2020, com remuneração de variação cambial (VC) + 3,3415% a.a. + IR para o 1º ano e variação cambial (VC) + 3,4415% a.a.+ IR para o 2º ano. Adicionalmente, houve a contratação do instrumento de *Swap* com o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil no valor de R\$ 278,6 milhões com vencimento em 20 de julho de 2020 e fator de correção de 102,3% do CDI por toda a operação.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia (MME), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Elétrico ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e do RBSE.

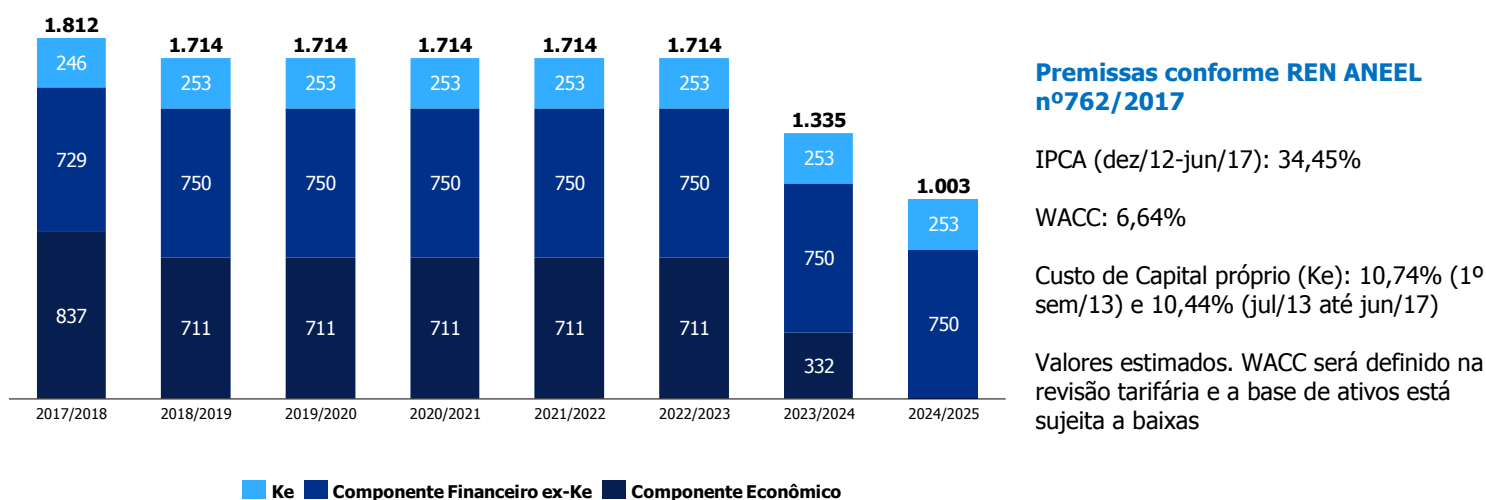
Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL o valor dos ativos do RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações do RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

Através do Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, o valor total da RBSE para a ISA CTEEP foi definida em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017.

O Despacho ANEEL nº 1.275/18 considera o acolhimento do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP em 2017, no qual foi solicitado ajuste da conta de ativos totalmente depreciados. Por esse motivo, os Componentes Econômico e Financeiro até o ciclo 2022/2023 sofrem um aumento.

A alteração citada foi contemplada no último reajuste tarifário, no qual a RAP do ciclo 2018/2019 também foi atualizada pelo IPCA de 2,86%. Além disso, foi realizada linearização do Componente Econômico, conforme prevê o Submódulo 9.1 do Proret, de modo que tais pagamentos serão constantes até o ciclo 2022/2023. O resultado do cálculo com os ajustes mencionados, conforme divulgado pela ANEEL, pode ser verificado abaixo em valores líquidos de PIS/COFINS:



Para o período 2023/2024 restaria o recebimento de R\$332 milhões correspondentes ao Componente Econômico. Contudo, poderá ser aplicada a mesma linearização ora realizada.

Ademais, por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório que a ANEEL recalculasse a RAP excluindo o custo de capital (Ke) da parcela de "remuneração", a Companhia continua recebendo cerca de

85% do valor total da RBSE, desde julho de 2017. Portanto, o recebimento do Ke depende de decisão judicial, e consequentemente não há definição sobre a forma de pagamento das parcelas que até o ciclo 2018/2019 não foram recebidas.

Quanto ao aspecto legislativo, inicialmente no projeto de lei que visa a privatização da Eletrobras foi proposto o pagamento do RBSE, com duas alterações: a substituição do custo de capital próprio (Ke) pelo WACC na correção da parcela do componente financeiro, e aumento do prazo estipulado de pagamento de 8 anos para o prazo remanescente das concessões (25 anos) desse mesmo componente.

Em maio de 2018, no âmbito mesmo do projeto de lei, foi divulgado novo relatório mantendo o prazo de 8 anos para o pagamento do componente financeiro, conforme Portaria MME 120/2016, bem como a substituição do Ke pelo WACC, e ampliou a sua aplicação a todos os transmissores.

Principais Litígios

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ) e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obtém liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Em 2017, a referida liminar foi cassada e então a ISA CTEEP deixou de fazer o pagamento da complementação entre os meses de agosto e dezembro, com impacto caixa equivalente a cerca de R\$ 50 milhões. Em dezembro de 2017, entretanto, o Ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal ("STF"), concedeu nova liminar, obrigando a Companhia a retomar o complemento para pagamento nos moldes anteriores. A Companhia recorreu da decisão, e aguarda julgamento do STF. A SEFAZ e FUNCESP também recorreram reforçando a necessidade de aplicação do teto e do desconto previdenciário sob pena de causar prejuízo ao erário Paulista.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.



Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 30 de junho de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia era de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Ação de Cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1986, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, referente a saldo de contrato de financiamento. Em 1997 a Eletropaulo realizou uma cisão parcial, que implicou na constituição da EPTE e de outras empresas. As obrigações de qualquer natureza referente a atos praticados até a data da cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceto as contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. A provisão relacionada à ação de cobrança da Eletrobras não foi alocada à EPTE e, portanto, a administração da ISA CTEEP e seus assessores legais entendem que a contingência é exclusivamente da Eletropaulo.

Houve, entretanto, durante a cisão, um depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 à EPTE realizado pela Eletropaulo, referente ao valor que a empresa entendia ser devido à Eletrobras como saldo do contrato de financiamento.

Em outubro de 2001, a Eletrobras promoveu execução de sentença referente ao contrato de financiamento e cobrou R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A ISA CTEEP incorporou a EPTE em novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em outubro de 2017, a Eletrobras e Eletropaulo celebraram Termo de Entendimento e requereram a suspensão do processo para uma eventual mediação. Em 9 de março de 2018, a Eletropaulo aprovou a celebração de acordo, no montante de R\$ 1,5 bilhão, para quitar o débito oriundo desse processo judicial. No despacho de homologação do acordo, em abril de 2018, a ISA CTEEP foi excluída do processo.



ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/18	31/12/17
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	7.059	6.585
Aplicações Financeiras	843.828	610.066
Contas a Receber	304.182	210.469
Estoques	16.396	18.831
Tributos e contribuições a compensar	216.638	14.162
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Despesas Antecipadas	22.245	4.607
Crédito com controladas	825	903
Outros	94.298	60.870
	1.505.471	926.493
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Contas a Receber	31.887	20.329
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.409.142	1.312.791
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Cauções e Depósitos Vinculados	65.070	66.414
Outros	43.954	36.674
	1.550.053	1.436.208
Investimentos	1.242.101	1.173.378
Imobilizado	7.217.789	7.441.984
Intangível	137.790	118.686
Total do Ativo	11.653.204	11.096.749



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/18	31/12/17
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	287.106	268.589
Debêntures	183.474	182.852
Fornecedores	58.806	69.923
Tributos e Encargos sociais a recolher	389.278	90.502
Impostos parcelados	0	57.997
Encargos Regulatórios	39.059	16.550
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	5.159	3.112
Provisões	40.457	36.344
Valores a Pagar - Fundação CESP	4.655	2.056
Reserva Global de Reversão	2.480	0
Outros	13.905	61.179
	1.024.379	789.104
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	657.248	690.541
Debêntures	1.420.052	801.007
Provisão para contingências	113.686	121.553
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	769.433	831.111
Reserva Global de Reversão	20.333	24.053
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	320.021	321.076
Encargos Regulatórios	42.962	54.250
Outros	33.508	6.503
	3.377.243	2.850.094
Participação de Acionista não Controlador	212.706	214.939
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	557.337	1.994.141
Reserva de Reavaliação	2.198.516	2.301.266
Lucros/Prejuízos Acumulados	692.337	(643.481)
	7.251.582	7.457.551
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	11.653.204	11.096.749

Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	844.171	307.223	174,8%	1.678.811	618.714	171,3%
Disponibilidade da Rede Elétrica	837.376	301.001	178,2%	1.665.284	605.278	175,1%
Outras	6.795	6.222	9,2%	13.527	13.436	0,7%
Deduções à Receita Operacional	(104.763)	(43.959)	138,3%	(207.079)	(87.828)	135,8%
Receita Operacional Líquida	739.408	263.264	180,9%	1.471.732	530.886	177,2%
Custos e Despesas Operacionais	(266.600)	(123.943)	115,1%	(526.269)	(260.584)	102,0%
Pessoal	(79.437)	(71.979)	10,4%	(157.161)	(147.567)	6,5%
Material	(3.362)	(2.495)	34,7%	(6.378)	(4.903)	30,1%
Serviços	(28.500)	(29.403)	(3,1%)	(55.874)	(53.090)	5,2%
Depreciação	(144.676)	(18.419)	685,5%	(290.495)	(34.753)	735,9%
Outros	(10.625)	(1.647)	545,1%	(16.361)	(20.270)	(19,3%)
Resultado do Serviço	472.808	139.321	239,4%	945.463	270.302	249,8%
Resultado Financeiro	(25.692)	(26.436)	(2,8%)	(60.985)	(55.705)	9,5%
Rendimento de Aplicações Financeiras	18.347	11.249	63,1%	29.233	21.516	35,9%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(6.447)	(8.585)	(24,9%)	(17.650)	(16.401)	7,6%
Juros Ativo/Passivos	(580)	(2.333)	(75,1%)	(1.160)	(8.283)	(86,0%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(35.052)	(27.065)	29,5%	(66.756)	(52.219)	27,8%
Outras	(1.960)	298	(757,7%)	(4.652)	(318)	1362,9%
Resultado Operacional	447.116	112.885	296,1%	884.478	214.597	312,2%
Equivalência Patrimonial	22.431	(5.070)	(542,4%)	41.778	12.413	236,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(564)	(2.498)	(77,4%)	4.183	(2.499)	(267,4%)
Resultado Anterior aos Tributos	468.983	105.317	345,3%	930.439	224.511	314,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(126.633)	(29.865)	324,0%	(282.825)	(56.386)	401,6%
Corrente	(167.891)	(26.487)	533,9%	(344.504)	(47.232)	629,4%
Diferido	41.258	(3.378)	(1321,4%)	61.679	(9.154)	(773,8%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	342.350	75.452	353,7%	647.614	168.125	285,2%
Participação do Acionista não Controlador	(3.285)	(5.867)	100,0%	(6.745)	(11.715)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	339.065	69.585	387,3%	640.869	156.410	309,7%

Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Caixa Gerado nas Operações	754.917	98.741
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais	897.056	248.064
Lucro Líquido	647.614	168.125
Depreciações e amortizações	290.495	34.753
Tributos diferidos	(61.679)	9.154
Provisão para contingências	(8.297)	(22.656)
Valor residual de ativo permanente baixado	2.634	4.417
Amortização de ágio	19	19
Amortização de ágio Evrecy	1.194	1.194
Resultado de equivalência patrimonial	(41.778)	(12.413)
Reversão da perda em controlada em conjunto	(1.062)	(1.110)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	67.916	66.581
Variações nos Ativos	(361.497)	(191.175)
Caixa restrito	(6.837)	(313)
Concessionárias e Permissionárias	(27.871)	(33.560)
Almoxarifado Operacional	2.435	(926)
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	(96.351)	(107.139)
Tributos Compensáveis	(202.476)	(40.007)
Cauções e depósitos vinculados	2.344	1.621
Despesas antecipadas	(17.638)	(14.819)
Serviços em curso	(3.281)	1.421
Crédito com controladas	78	2.060
Outros	(11.900)	487
Variações nos Passivos	219.358	41.852
Fornecedores	(11.116)	(11.014)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	298.796	38.486
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	(58.146)	(8.950)
Encargos regulatórios	9.900	16.242
Provisões	(1.166)	5.797
Valores a Pagar Funcesp	2.599	239
Reservas Globais de Reversão	(1.240)	0
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	0	19.348
Outros	(20.269)	(18.296)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(418.889)	(45.911)
Compras de imobilizado	(167.894)	(124.910)
Aplicações financeiras	(235.995)	81.213
Investimento	(20.100)	(2.214)
Dividendos Recebidos	5.100	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(335.554)	(52.349)
Adições Empréstimos	621.696	300.000
Pagamentos Empréstimos (principal)	(46.477)	(29.201)
Pagamentos Empréstimos (juros)	(61.466)	(46.068)
Transações com acionistas não controladores	(6.745)	(5.337)
Dividendos Pagos	(842.562)	(271.743)
Variação de Caixa e Equivalentes	474	481
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.585	4.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.059	5.005

Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	147,2	89,7	64,1%	292,6	226,1	29,4%
Deduções à receita operacional	(18,9)	(11,8)	60,6%	(37,7)	(29,6)	27,1%
Receita operacional líquida	128,3	78,0	64,6%	254,9	196,4	29,8%
Custos e Despesas	(9,9)	(10,1)	-2,3%	(19,3)	(20,9)	-8,0%
Depreciação	(34,1)	(34,3)	-0,5%	(68,2)	(68,5)	-0,5%
Lucro Bruto	84,3	33,6	151,1%	167,5	107,0	56,5%
Resultado Financeiro	(44,0)	(45,0)	-2,3%	(89,4)	(89,0)	0,5%
Outras Receitas e Despesas	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Lucro antes do IR & CSLL	40,4	(11,4)	-454,1%	78,1	18,0	333,1%
IR & CSLL*	(5,3)	(9,0)	-40,4%	(10,7)	(14,3)	-25,4%
Lucro líquido	35,1	(20,4)	-272,2%	67,4	3,7	1704,8%
Participação ISA CTEEP (51%)	17,9	(10,4)	-272,2%	34,4	1,9	1704,8%

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	24,5	27,7	-11,7%	48,0	55,0	-12,7%
Deduções à receita operacional	(3,5)	(3,6)	-4,6%	(6,2)	(7,2)	-14,2%
Receita operacional líquida	21,0	24,1	-12,8%	41,8	47,8	-12,5%
Custos e Despesas	(3,8)	(2,5)	50,4%	(7,1)	(6,1)	15,5%
Depreciação	(6,2)	(6,2)	0,1%	(12,4)	(12,3)	1,1%
Lucro Bruto	11,0	15,4	-28,3%	22,4	29,4	-23,9%
Resultado Financeiro	(4,1)	(4,2)	-3,0%	(8,2)	(9,6)	-14,8%
Outras Receitas e Despesas	0,0	(1,1)	-100,0%	0,0	0,0	-
Lucro antes do IR & CSLL	7,0	10,1	-31,1%	14,2	19,8	-28,4%
IR & CSLL*	1,4	0,4	226,5%	(0,5)	1,2	-141,4%
Lucro líquido	8,4	10,6	-20,9%	13,6	21,0	-35,0%
Participação ISA CTEEP (51%)	4,3	5,4	-20,9%	7,0	10,7	-35,0%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	30/06/2018	31/12/2017
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	205,4	214,2
	3,50% a.a.	15/01/24	56,9	61,9
	TJLP	15/03/32	156,5	155,6
	4,00% a.a.	15/08/18	0,0	0,1
	6,00% a.a.	15/11/19	3,3	4,4
	TJLP	15/03/29	1,7	0,0
Debêntures - CTEEP				
3ª Emissão - Série única	116% CDI	26/12/18	169,8	169,4
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04% a.a.	15/07/21	163,0	155,2
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,04% a.a.	15/02/24	309,3	309,1
6ª Emissão - Série única	105,65% CDI	13/12/20	350,2	350,1
7ª Emissão - Série única	IPCA + 4,70%	15/04/25	611,2	0,0
Outros - CTEEP				
Lei 4131 - BTMU	Libor 3M + 0,28% a.a.	17/07/18	161,7	166,0
Eletrobras	8% a.a.	15/11/21	0,1	0,1
Arrendamento Mercantil			0,0	0,1
Total Dívida Bruta CTEEP			2.189,2	1.586,4
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	25,4	27,9
PINHEIROS	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	26,0	30,6
	TJLP + 5,5% a.a.	15/01/21	28,8	31,0
	TJLP + 3,50% a.a.	15/04/23	8,8	5,5
	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	5,3	9,7
	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	30,3	32,1
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	26,2	27,8
IENNE	8,50% a.a.	19/05/30	177,0	182,6
	CDI + 0,56% a.m.	16/01/18	0,0	9,3
Total Dívida Bruta Subsidiária			327,7	356,5
Total Dívida Bruta Consolidado			2.516,9	1.942,9



BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissão)		Debêntures Simples (apuração trimestral)		Crédito Internacional - Lei 4131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 30/06/2018	2.900	Dívida Líquida 30/06/2018	1.697	Dívida Líquida 30/06/2017	1.697	Dívida Líquida 30/06/2018	1.697
EBITDA BNDES últimos 12 meses	2.458	EBITDA Debêntures últimos 12 meses	2.226	EBITDA Debêntures últimos 12 meses	1.604	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	1.236
Dívida Líquida/EBITDA BNDES 30/06/2018	1,18	Dívida Líquida/EBITDA Debêntures 30/06/2018	0,76	Dívida Líquida/EBITDA Debêntures 30/06/2018	1,06	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/06/2018	1,37
Patrimônio Líquido 30/06/2018	10.726	Resultado Financeiro 30/06/2018	71	Resultado Financeiro 30/06/2018	108	Despesa com juros líquida 30/06/2018	71
Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL 30/06/2018	0,21	EBITDA Debêntures/Resultado Financeiro 30/06/2018	31,13	EBITDA Debêntures/Resultado Financeiro 30/06/2018	14,82	EBITDA Ajustado/Despesa com juros líquida 30/06/2018	17,29

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos para o ano de 2018) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **3ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,00$.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,00$.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 2,0$.

O contrato de **Credit Agreement (4131)** apresenta para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquida $\geq 2,0$.

Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 30/06/2018
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	244,3	479,0
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	607,4	1.190,9
	BNDES	TJLP	15/02/2030	1,2	2,4
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	61,0	119,5
	BASA	8,5% a.a.*	10/10/2032	154,1	302,2
Dívida Bruta				1.068,0	2.094,1
Disponibilidades				80,7	158,1
Dívida Líquida				987,3	1.936,0
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	98,2	192,5
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	37,6	73,8
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,7	1,4
Dívida Bruta				136,5	267,7
Disponibilidades				18,6	36,5
Dívida Líquida				117,9	231,2
IE SUL 50% ISA CTEEP	BNDES	5,50% a.a.	15/01/2021	2,9	5,8
	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/2025	4,0	8,0
	BNDES	3% a.a.	15/08/2023	1,5	3,0
	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/08/2028	2,6	5,2
Dívida Bruta				10,9	21,9
Disponibilidades				2,4	4,8
Dívida Líquida				8,5	17,0
TOTAL Dívida Bruta				1.215,4	2.383,6
TOTAL Dívida Líquida				1.113,8	2.184,2

Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	7.059	6.585
Aplicações Financeiras	843.828	610.066
Contas a Receber	1.905.184	1.924.928
Estoques	35.204	37.639
Tributos Correntes	216.638	14.162
Despesas Antecipadas	22.245	4.607
Crédito com controladas	825	903
Outros	89.697	44.819
	3.120.680	2.643.709
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	42.460	35.674
Contas a Receber	10.876.867	11.213.952
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.409.142	1.312.791
Cauções e Depósitos Vinculados	65.070	66.414
Estoques	18.250	37.034
Outros	1.491	1.513
	12.413.280	12.667.378
Investimentos	1.943.473	1.880.845
Imobilizado	22.868	22.879
Intangível	34.404	37.362
	2.000.745	14.608.464
Total do Ativo	17.534.705	17.252.173



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	287.106	268.589
Debêntures	183.474	182.852
Fornecedores	58.806	69.923
Tributos e Encargos sociais a recolher	389.278	90.502
Impostos parcelados	0	57.997
Encargos Regulatórios a recolher	39.059	16.550
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	5.159	3.112
Provisões	40.457	36.344
Valores a Pagar - Fundação CESP	4.655	2.056
Outros	43.140	61.179
	1.051.134	789.104
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	657.248	690.541
Debêntures	1.420.052	801.007
PIS e COFINS diferidos	1.104.911	1.147.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.283.080	2.418.125
Encargos Regulatórios a recolher	42.962	54.250
Provisões	113.686	121.553
Outros	27.086	30.556
Total exigível a longo prazo	5.649.025	5.263.413
Participação de Acionista não Controlador	212.706	214.939
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	6.549.032	7.394.031
Lucros/Prejuízos Acumulados	482.122	0
	10.834.546	11.199.656
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	17.534.705	17.252.173

Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T18	2T17	Var (%)	1S18	1S17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	665.797	1.003.822	(33,7%)	1.293.050	1.604.419	(19,4%)
Infraestrutura	113.491	41.891	170,9%	193.627	118.989	62,7%
O&M	242.854	232.638	4,4%	477.873	469.628	1,8%
Ativos de concessão	302.657	723.071	(58,1%)	608.023	1.002.366	(39,3%)
Outras	6.795	6.222	9,2%	13.527	13.436	0,7%
Deduções à Receita Operacional	(85.196)	(108.025)	(21,1%)	(165.842)	(178.031)	(6,8%)
Receita Operacional Líquida	580.601	895.797	(35,2%)	1.127.208	1.426.388	(21,0%)
Custos e Despesas Operacionais	(229.809)	(145.327)	58,1%	(420.613)	(337.480)	24,6%
Pessoal	(84.181)	(75.317)	11,8%	(165.214)	(156.139)	5,8%
Material	(79.603)	(29.305)	171,6%	(140.476)	(90.161)	55,8%
Serviços	(53.464)	(36.651)	45,9%	(91.454)	(65.783)	39,0%
Depreciação	(2.232)	(2.403)	(7,1%)	(4.467)	(4.811)	(7,1%)
Outros	(10.329)	(1.650)	525,9%	(19.002)	(20.586)	(7,7%)
Resultado do Serviço	350.792	750.470	(53,3%)	706.595	1.088.908	(35,1%)
Resultado Financeiro	(25.692)	(26.436)	(2,8%)	(60.985)	(55.705)	9,5%
Rendimento de Aplicações Financeiras	18.347	11.249	63,1%	29.233	21.516	35,9%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(6.447)	(8.585)	(24,9%)	(17.650)	(16.401)	7,6%
Juros Ativo/Passivos	(580)	(2.333)	(75,1%)	(1.160)	(8.283)	(86,0%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(35.052)	(27.065)	29,5%	(66.756)	(52.219)	27,8%
Outras	(1.960)	298	(757,7%)	(4.652)	(318)	1362,9%
Resultado Operacional	325.100	724.034	(55,1%)	645.610	1.033.203	(37,5%)
Equivalência Patrimonial	26.757	20.829	28,5%	47.629	77.136	(38,3%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(32)	(1.595)	(98,0%)	4.690	(1.481)	(416,7%)
Resultado Anterior aos Tributos	351.825	743.268	(52,7%)	697.929	1.108.858	(37,1%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(103.759)	(238.568)	(56,5%)	(209.455)	(337.000)	(37,8%)
Corrente	(167.890)	(26.485)	533,9%	(344.504)	(47.232)	629,4%
Diferido	64.131	(212.083)	(130,2%)	135.049	(289.768)	(146,6%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	248.066	504.700	(50,8%)	488.474	771.858	(36,7%)
Participação do Acionista não Controlador	(3.285)	(5.868)	(44,0%)	(6.745)	(11.716)	(42,4%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	244.781	498.832	(50,9%)	481.729	760.142	(36,6%)

Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Caixa Líquido Atividades Operacionais	608.595	(96.075)
Caixa Gerado nas Operações	248.479	1.063.968
Lucro Líquido	481.729	760.142
PIS e COFINS diferidos	(46.727)	90.585
Depreciação e Amortização	4.045	4.437
IR e CSLL diferidos	(137.264)	290.091
Provisão para Demandas Judiciais	(8.555)	(22.660)
Custo Residual de Ativo Permanente Baixado	111	24
Benefício fiscal - ágio incorporado	19	19
Amortização de ativo de concessão na aquisição da controlada	1.244	1.245
Realização da perda em controlada	(1.062)	(1.110)
Resultado de equivalência patrimonial	(100.502)	(117.829)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	55.441	59.024
Variações nos Ativos e Passivos	360.116	(1.160.043)
Caixa Restrito	(6.602)	0
Contas a receber	457.398	(1.028.766)
Estoques	21.207	2.459
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(96.351)	(107.139)
Tributos e contribuições a compensar	(202.441)	(40.017)
Cauções e depósitos vinculados	2.344	1.622
Despesas pagas Antecipadamente	(17.492)	(14.884)
Outros	(16.017)	3.418
Fornecedores	(15.206)	(10.286)
Tributos e encargos sociais a recolher	297.915	38.492
Impostos Parcelados	(58.146)	(8.950)
Encargos Regulatórios a recolher	11.407	16.135
Provisões	(1.304)	5.666
Valores a pagar FUNCESP	2.599	239
Reserva Global de Reversão	(1.240)	0
Outros Passivos	(17.955)	(18.032)
Caixa Líquida Atividades de Investimentos	(320.849)	122.771
Aplicações Financeiras	(237.817)	91.861
Imobilizado	(2.097)	(289)
Intangível	(286)	(87)
Investimentos	(121.849)	(2.214)
Dividendos recebidos	41.200	33.500
Caixa Líquida Atividades de Financiamento	(287.470)	(26.122)
Adições de empréstimos	621.696	300.000
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(66.604)	(54.379)
Dividendos pagos	(842.562)	(271.743)
Varição de Caixa e Equivalentes	276	574
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.031	1.609
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.307	2.183